

22/06/2011

PLENÁRIO

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 25.576 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA UNIFICAÇÃO E
PAZ MUNDIAL
ADV.(A/S) : CLAUDINEI VERGÍLIO BRASIL BORGES
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. CONTROVÉRSIA ACERCA DA PRODUTIVIDADE DE IMÓVEL RURAL. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE PRODUZIR PROVAS EM MANDADO DE SEGURANÇA. SUPOSTA TURBAÇÃO E ESBULHO OCORRIDA APÓS A REALIZAÇÃO DE VISTORIA DO INCRA. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE À DESAPROPRIAÇÃO. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. EXISTÊNCIA DE LICENÇA . AGRAVO DESPROVIDO.

I - O entendimento pacífico desta Corte é no sentido da impossibilidade de se discutir em sede de mandado de segurança questões controversas sobre a correta classificação da produtividade do imóvel suscetível de desapropriação, por demandar dilação probatória. Precedentes.

II - A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a desapropriação somente é vedada nos casos em que o esbulho possessório ocorre anteriormente ou durante a realização da vistoria, o que não é o caso dos autos. Precedentes.

III - É possível a realização de desapropriação para fins de reforma agrária em imóveis abrangidos por áreas de proteção ambiental, desde que cumprida a legislação pertinente. Precedentes. No caso, foi obtida licença prévia para assentamento de reforma agrária.

IV - Agravo regimental a que se nega provimento.



MS 25.576 AGR / DF**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negar provimento ao recurso de agravo. Ausentes a Senhora Ministra Ellen Gracie, em participação no *World Justice Forum III*, em Barcelona, na Espanha; o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado; o Senhor Ministro Dias Toffoli, justificadamente e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes e a Senhora Ministra Cármen Lúcia.

Brasília, 22 de junho de 2011.

RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR

22/06/2011**PLENÁRIO****AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 25.576 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA UNIFICAÇÃO E PAZ MUNDIAL
ADV.(A/S)	: CLAUDINEI VERGÍLIO BRASIL BORGES
AGDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** (RELATOR): Trata-se de agravo regimental contra decisão em que neguei seguimento a este mandado de segurança preventivo impetrado pela Associação das Famílias para Unificação e Paz Social, objetivando impedir eventual edição de decreto expropriatório do Presidente da República, que venha declarar os imóveis rurais denominados “Fazenda Jamaica”, “Fazenda Jangada” e “Estância Capão do Mutum”, localizados no Município de Jardim, em Mato Grosso do Sul, de interesse social para fins de desapropriação para reforma agrária.

A impetrante alegou que é proprietária das mencionadas Fazendas, e que estas são produtivas, conforme atestado no documento de fls. 69-73 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que sugeriu a sua exclusão do rol dos imóveis passíveis de serem objeto de decreto expropriatório.

Sustentou, ainda, em síntese:

a) ausência de devido processo legal e existência de cerceamento de defesa, ante a descon sideração, pela equipe técnica do INCRA, do fato “de que o arrendatário Aloísio Satiro da Silveira manteve apascentado entre 1200

MS 25.576 AGR / DF

e 1600 cabeças de gado de cria, durante todo período em que ocupou as terras da Fazenda Jangada e da Estância Capão do Mutum" (fl. 07), o que certamente modificaria o resultado do cálculo do grau de utilização da terra (GUT) da propriedade, que, mesmo entendida como um todo, seria considerada grande propriedade produtiva;

b) existência de direito líquido e certo, por serem as referidas propriedades produtivas e individuais, nos aspectos de registro e de exploração, motivo porque não poderia o INCRA, ao vistoriá-las, tê-las transformado em uma única propriedade para fins de aferição de produtividade. Ademais, o levantamento feito pelo INCRA não considerou os dados relativos à área explorada pelo arrendatário Aloísio Satiro da Silveira;

c) ocorrência de turbação e esbulho possessório após a realização da vistoria, fatores esses impeditivos da desapropriação, nos termos do art. 4º do Decreto nº 2.250/1997, além da existência de grande lapso de tempo decorrido desde a vistoria;

d) temeridade da desapropriação das áreas em questão, por sua localização no santuário ecológico do pantanal;

e) existência do *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de expedição a qualquer momento de decreto presidencial que declare as referidas terras de interesse social para fins de reforma agrária, o que causará danos irreparáveis ao direito de propriedade da impetrante.

Requeru, ao final, seja concedida a segurança para impedir eventual edição de decreto presidencial que declare as mencionadas fazendas de interesse social para fins de desapropriação para reforma agrária.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela denegação da

MS 25.576 AGR / DF

segurança (fls. 913-919), em parecer que recebeu a seguinte ementa:

“Mandado de segurança impetrado com o objetivo de obstar a edição de decreto presidencial declarando como bens de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais de propriedade da impetrante. Alegada descon sideração, quando da vistoria para verificação da produtividade das terras, de atividade pecuária desenvolvida por arrendatário de parte da propriedade. Matéria controvertida. Inadmissibilidade de dilação probatória na via eleita. Irrelevância do argumento referente ao registro individualizado das terras, ante a inexistência de prejuízo à impetrante no ponto. Suposto esbulho possessório ocorrido em momento posterior à realização da vistoria. Inaplicabilidade da regra impeditiva da desapropriação em tais circunstâncias. Precedentes. Restrição ambiental apontada já superada. Parecer pela denegação da segurança” (fl. 913).

Neguei seguimento ao *mandamus*, com base no entendimento pacífico desta Corte no sentido de que não é possível discutir em sede de mandado de segurança questões controversas sobre a correta classificação da produtividade de imóvel suscetível de desapropriado por demandar a análise de fatos e provas.

Nessa esteira, assentei que o mandado de segurança é instrumento destinado à proteção de direito demonstrável de plano, que não admite dilação probatória.

Quanto a existência de suposto esbulho ou turbacão, destaquei que a própria impetrante consignou que ocorreu em momento posterior a realização da vistoria pelo INCRA, e conforme a remansosa jurisprudência da Corte a invasão do imóvel rural após a ocorrência da vistoria prévia, não é óbice à desapropriação.

No tocante à impossibilidade de realização de desapropriação dos imóveis em razão de estarem localizados em santuário ecológico, ressalttei que foi obtida no órgão ambiental “licença prévia para assentamento de

MS 25.576 AGR / DF

reforma agrária”, conforme documentos acostados aos autos.

Inconformada, a impetrante interpõe este agravo regimental, alegando, em suma, que, para se verificar às irregularidades do procedimento administrativo praticadas pelo INCRA, não é necessário o exame aprofundado de fatos e provas.

Argumenta, nessa linha, que os documentos juntados aos autos são provas inequívocas e pré-constituídas para demonstrar os erros cometidos na aferição da produtividade do imóvel e que seria possível sua análise em sede de mandado de segurança.

Quanto ao demais argumentos limitou-se a dizer que *“também não deve prosperar a decisão agravada pois está evidenciado o esbulho dos imóveis a inviabilizar a desapropriação, bem como o fato que as Fazendas estão localizadas em área de conservação ambiental”* (fls. 1006-1007).

Requer, dessa forma, o provimento do agravo, a fim de que seja concedida a segurança nos termos pleiteados na inicial.

É o relatório.

22/06/2011

PLENÁRIO

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 25.576 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Bem examinados os autos, tenho que a pretensão não merece acolhimento.

Com efeito, a agravante não aduz novos argumentos capazes de modificar a decisão agravada, que, por tal razão, deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

Ora, conforme assentado na decisão atacada, no procedimento administrativo conduzido pelo INCRA com a finalidade de verificar a produtividade dos imóveis rurais suscetíveis de reforma agrária, não houve qualquer ilegalidade.

Quanto a existência de erros na classificação dos imóveis como “grande propriedade rural improdutiva” não considerando a quantidade de animais existentes em uma das fazendas que estava arrendada ou em considerar todas as fazendas como uma única área, na decisão agravada fiz as seguintes considerações:

“(...) o entendimento pacífico desta Corte é no sentido da impossibilidade de discutir em sede de mandado de segurança questões controversas sobre a correta classificação da produtividade do imóvel suscetível de desapropriação, por demandar a análise de fatos e provas”.

(...)

Assim, entendimento contrário ao ora adotado no tocante à verificação da produtividade dos imóveis demandaria o exame aprofundado de fatos e provas, o que, em sede de mandado de segurança, não se mostra possível, visto tratar-se de instrumento destinado à proteção de direito demonstrável de plano, que não admite

MS 25.576 AGR / DF

dilação probatória.

Nesse passo, constato que não podem ser apreciados aqui os argumentos relativos à produtividade do imóvel nem à ocorrência de erros na elaboração do laudo de conclusão elaborado pelo INCRA.

Tais questões, à evidência, inserem-se entre aquelas cuja análise não pode ser levada a efeito no mandado de segurança, muito embora possam ser submetidas ao crivo judicial, desde que discutidas em sede processual apropriada.

Como se sabe, em ação de mandado de segurança, é necessário examinar a existência de ameaça a direito líquido e certo. (...)” (fls. 984-987 - grifei).

Nessa linha, destaco o entendimento sedimentado nesta

Corte:

“MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS GLEBAS. PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL. SEGURANÇA DENEGADA. É parte legítima para impetrar mandado de segurança contra decreto que declara de interesse social para fins de reforma agrária o atual proprietário do imóvel, ainda que outros fossem os proprietários no momento em que foi realizada a vistoria pelo INCRA. (...) Impossibilidade de verificação da produtividade do imóvel, por demandar dilação probatória, incabível no mandado de segurança. Ordem denegada” (MS 25.325/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa – grifos meus).

“CONSTITUCIONAL. AGRÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. NOTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO. AVISO DE RECEBIMENTO. ASSINATURA. EMPREGADO COM PODERES OUTORGADOS POR PROCURAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO EM

MS 25.576 AGR / DF

MANDADO DE SEGURANÇA. ESBULHO POSSESSÓRIO POSTERIOR À VISTORIA. INAPLICABILIDADE DO ART. 2º, § 6º, DA LEI N. 8.629/93. COMPOSIÇÃO NA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DESCARACTERIZAÇÃO DA INVASÃO. PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. APRECIACÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

4. A composição das partes em ação de reintegração de posse, com a ocupação área ínfima do imóvel pelos trabalhadores rurais em regime de comodato, não justifica a improdutividade da gleba. Precedente [MS n. 23.857, Relatora a Ministra ELLEN GRACIE, DJ 13.06.2003].

5. A impossibilidade de dilação probatória em mandado de segurança torna insuscetível de apreciação a questão relativa à produtividade do imóvel rural. Precedente [MS n. 24.518, Relator o Ministro CARLOS VELLOSO, DJ 30.04.2004 e MS n. 25.351, Relator o Ministro EROS GRAU, DJ 16.09.2005].

6. *Segurança denegada*" (MS 25.360/DF, Rel. Min. Eros Grau - grifos meus).

"MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DESAPROPRIATÓRIO. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. POSSIBILIDADE LEGAL DE EDIÇÃO DO DECRETO DESAPROPRIATÓRIO NA PENDÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO. INADEQUAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA AVERIGUAÇÃO DE EVENTUAIS EQUÍVOCOS NO RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE. SITUAÇÃO DE FORÇA MAIOR NÃO RECONHECIDA COMO JUSTIFICATIVA DA BAIXA PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL. 1. Configura-se idônea a notificação por edital, ante prova da impossibilidade de localização dos destinatários. Mais ainda quando os interessados praticam atos no procedimento administrativo de expropriação, certificadores de sua existência. 2. É lícita a edição do

MS 25.576 AGR / DF

decreto expropriatório na pendência de julgamento de recurso administrativo de efeitos meramente devolutivos. 3. O mandado de segurança não é meio adequado para a resolução de controvérsia sobre a produtividade de imóvel rural objeto da desapropriação. Matéria controvertida que exige dilação probatória. Precedentes. 4. Não se reconhece situação de força maior, justificadora da baixa produtividade do imóvel, quando suas causas estancam com a retomada das operações produtivas. 5. Consideram-se decisões administrativas motivadas aquelas que adotam pareceres técnico-jurídicos como seus reais fundamentos, independentemente de transcrição de tais pareceres. 6. Segurança denegada” (MS 24.487/DF, Rel. Min. Ayres Britto – grifos meus).

Nessa mesma esteira, cito os seguintes precedentes, entre outros: MS 24.910/DF, Rel. Min. Cezar Peluso; MS 24.484/DF, Red. p/ o acórd. Min. Eros Grau; MS 25.185/DF, Rel. Min. Carlos Velloso; MS 25.022/DF, Rel. Min. Marco Aurélio; MS 23.872/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; MS 24.32/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes.

No que concerne a ocorrência de esbulho ou turbção nos imóveis, ficou consignado nos autos, pela própria agravante, que estas ocorreram em momento posterior a realização da vistoria realizada pelo INCRA (fls. 12-13).

Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a desapropriação somente é vedada nos casos em que o esbulho possessório ocorrer anteriormente ou durante a realização da vistoria, além de ser significativo, possuir o condão de modificar o grau de utilização da terra e a eficiência da exploração a comprometer o índice fixado em lei.

No caso, não há falar em óbice aos procedimentos para fins de edição de decreto para declarar as propriedades de interesse social para reforma agrária, uma vez que está consignado nos autos que a suposta

MS 25.576 AGR / DF

turbação e esbulho ocorreram em momento posterior a realização da vistoria.

É o que já decidiu este Tribunal, em diversas oportunidades, conforme se observa das ementas dos seguintes julgados:

“MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. ARTIGO 184 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. INVASÃO DO IMÓVEL POR MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS APÓS A REALIZAÇÃO DA VISTORIA DO INCRA. INEXISTÊNCIA DE ÔBICE À DESAPROPRIAÇÃO. ARTIGO 2º, § 6º DA LEI N. 8.629/93. ORDEM DENEGADA. 1. O § 6º, art. 2º da Lei n. 8.629/93 estabelece que '[o] imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações'. 2. A jurisprudência desta Corte fixou entendimento no sentido de que a vedação prevista nesse preceito 'alcança apenas as hipóteses em que a vistoria ainda não tenha sido realizada ou quando feitos os trabalhos durante ou após a ocupação' [MS n. 24.136, Relator o Ministro MAURICIO CORRÊA, DJ de 8.11.02]. No mesmo sentido, o MS n. 23.857, Relatora a Ministra ELLEN GRACIE, DJ de 13.6.03. 3. A ocupação do imóvel pelos trabalhadores rurais ocorreu após quase dois anos da data da vistoria realizada pelo INCRA. Segurança denegada” (MS 24.984/DF, Rel. Min. Eros Grau – grifos meus).

“MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. FAZENDA INVADIDA POR INTEGRANTES DO MST. PERÍODO POSTERIOR À

MS 25.576 AGR / DF

REALIZAÇÃO DA VISTORIA. TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE. IMÓVEL NÃO DIVIDIDO. ART. 1784 C/C ART. 1791 DO CÓDIGO CIVIL. ORDEM DENEGADA. *A invasão do imóvel por integrantes do Movimento dos Sem-Terra ocorreu em período posterior à conclusão das vistorias realizadas pelo INCRA, de modo que não teve o condão de influenciar nos resultados encontrados sobre a produtividade da fazenda. Precedentes. O imóvel rural objeto da futura partilha entre herdeiros continua sendo único até o fim do inventário, embora com mais de um proprietário, formando um condomínio. Ordem denegada*" (MS 25.283/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa – grifos meus).

"MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. VIABILIDADE DA ANÁLISE DOS VÍCIOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO INCRA. PRELIMINAR REJEITADA. EXISTÊNCIA DE PROVA DE QUE A PESSOA QUE RECEBEU A NOTIFICAÇÃO DA VISTORIA PRÉVIA TINHA PODERES DE REPRESENTAÇÃO. REGULARIDADE DA INTIMAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL. POSSIBILIDADE DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO EM ÁREA DE FLORESTA AMAZÔNICA PARA ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA. A INEXISTÊNCIA DE PROVA DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 7º DA LEI 8.629/93 AFASTA A PROTEÇÃO CONFERIDA AO IMÓVEL RURAL OBJETO DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE (ART. 2º DO DECRETO 2.250/97) SOBRE A VISTORIA PRÉVIA. INVASÃO DA PROPRIEDADE, POSTERIORMENTE À VISTORIA. 1. *Vícios eventuais do procedimento administrativo se expõem à análise pelo Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento de mandado de segurança impetrado contra o decreto presidencial. Preliminar afastada. (...).* 7. *A invasão do imóvel rural, após a ocorrência da vistoria prévia, não é óbice a sua desapropriação. Precedentes: MS 25.186/DF, MS 24.484/DF.* 8. *Segurança denegada. Remessa de cópia dos autos ao MPU, para*

MS 25.576 AGR / DF

apurar ocorrência de crime (MS 25.391/DF, Rel. Min. Ayres Britto – grifos meus)”.

No mesmo sentido, cito as seguintes decisões, entre outras: MS 25.360/DF, Rel. Min. Eros Grau; MS 24.178/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa; MS 23.857/MS, Rel. Min. Ellen Gracie e MS 24.136/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa.

Por fim, no tocante à alegada impossibilidade de realização de desapropriação dos imóveis para fins de reforma agrária em razão de estarem localizados em santuário ecológico, ressaltei na decisão agravada que:

“(...) conforme consta o documento acostado aos autos às fls. 741-742, e ressaltado no parecer da Procuradoria-Geral da República, foi obtida em órgão ambiental estadual ‘licença prévia para assentamento de reforma agrária’. Desse modo, resta afastada a discussão sobre a impossibilidade de realização de desapropriação na área em questão.

Destaco, ainda, que esta Corte já reconheceu a possibilidade de realização de desapropriação para fins de reforma agrária em imóveis abrangidos por áreas de proteção ambiental, desde que cumprida a legislação pertinente. Nesse sentido, menciono os seguintes precedentes: MS 25.391/DF, e MS 25.186/DF, Rel. Min. Ayres Britto; MS 23.370/GO, red. p/ acórdão Min. Sepúlveda Pertence” (fls. 990-991).

Por todas essas razões, não merece qualquer reparo a decisão agravada.

Isso posto, nego provimento ao agravo.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 25.576**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA UNIFICAÇÃO E PAZ MUNDIAL

ADV.(A/S) : CLAUDINEI VERGÍLIO BRASIL BORGES

AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

LIT.PAS.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao recurso de agravo. Ausentes a Senhora Ministra Ellen Gracie, em participação no *World Justice Forum III*, em Barcelona, na Espanha; o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado; o Senhor Ministro Dias Toffoli, justificadamente e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes e a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 22.06.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário